



DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES/CLC

Cais do Apolo, n.º 739, 3º andar, Recife-PE, CEP 50030-902.

Fone: (81) 3454-7964

LIA KELLY
DE
SANTIAGO
GIRAO
05/11/2025 12:03

VINICIUS
SOBREIRA
BRAZ
DA
SILVA
05/11/2025 14:12

REFERÊNCIA: PROAD N.º 22.130/2025

OBJETO: Contratação da colaboradora eventual Maria de Fátima Alves de Brito, para compor a Roda de Conversa sobre "Branquitude e Racismo Religioso".

ASSUNTO: Revisão do planejamento da contratação.

À Coordenadoria de Licitações e Contratos.

Trata-se de revisão do planejamento para contratação da colaboradora eventual, Maria de Fátima Alves de Brito, CPF. 520.060.504-00, para compor a Roda de Conversa sobre "Branquitude e Racismo Religioso", a ser realizada no dia 21 de novembro de 2025, na modalidade presencial, com carga horária de 2h, no auditório da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, no evento em comemoração ao mês da Consciência Negra, para até 100 participantes.

De início, registre-se que o planejamento da presente contratação envolveu a confecção de um único artefato, a saber, o Termo de Referência. Com efeito, nos termos do art. 24, §1º, II, do Ato TRT6-GP n.º 655/2023, é dispensável a elaboração do ETP nas contratações cujo valor não ultrapasse o previsto no inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133/2021.

Ademais, o art. 27, §4º, do Ato TRT6-GP n.º 655/2023 dispõe que o mapa de riscos é opcional quando não há obrigatoriedade de elaboração de ETP, como no caso em comento.

Nessa esteira, esta Divisão de Apoio Administrativo ao Planejamento das Contratações procedeu à devida análise do artefato em questão, tendo observado a possibilidade de pequenos ajustes quanto à estruturação do documento. Diante da menção ao documento "Diploma" nos anexos da tabela do item 4 (Requisitos da Contratação) do Termo de Referência, solicitou-se que a unidade juntasse ao processo a referida documentação, a fim de atender ao disposto no art. 7º, III, "b", do Ato EJ-TRT6 nº 01/2014. Entretanto, a unidade anexou aos autos um despacho, à fl. 44, retificando a citação e esclarecendo que a colaboradora eventual não dispõe de diploma de graduação, estando amparada pelo art. 1º, §2º, do Ato ENAMAT nº 110/2023.

No tocante à contratação por inexigibilidade, importa destacar que a *"contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação"* está prevista no art. 74, III, da Lei n.º 14.133/2021.

Em continuidade, o §3º do mesmo art. 74 esclarece que *"considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito*

